



Anais da Assembléia

Nº 166

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 07 DE NOVEMBRO DE 1996

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB – 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB – 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB – 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hernas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB – 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL – 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Reny Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT – 05: Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 104ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 1996
(QUINTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Antonio Annibelli e Cleiton Kielse.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zamusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Ironi Pugliesi, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Joel Coimbra, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adir, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

○ SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos

○ SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

○ SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 135

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª

discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 07.11.96.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 1363

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada por dez sessões do item 02, 2ª discussão, do Projeto de Lei nº 076/96, de autoria do Deputado José Tavares, constante da Ordem do Dia da presente sessão (07/11).

Sala das Sessões, em 07.11.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 1361

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na Ata deste Poder Legislativo e formulado à família enlutada, um voto de profundo pesar pelo falecimento do empresário Hamilton Sebastião Simioni.

Sala das Sessões, em 07.11.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Empresário bem sucedido, pela sua competência e incrível liderança, Hamilton Sebastião Simioni era voluntário de obras sociais, mantendo com recursos próprios diversas entidades filantrópicas de nossa Capital.

Chefe de família exemplar, era também ligado ao esporte amador da Capital, especialmente ao Trieste Futebol Clube, que transformou durante sua gestão como presidente.

Era uma figura inesquecível, principalmente para aqueles que tiveram o prazer de privar da sua amizade. Mas estará sempre entre nós, como um verdadeiro exemplo a ser seguido: amor à vida e ao próximo.

Que o presente requerimento enseje os votos de pesar deste Poder à família enlutada, em sincero respeito à memória de Hamilton Sebastião Simioni.

REQUERIMENTO Nº 1360

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na Ata deste Poder Legislativo, voto de congratulações à Associação de Proteção à Maternidade e à

Infância Saza Lattes, pela comemoração dos seus 42 anos e pela eleição da nova diretoria.

Sala das Sessões, em 07.11.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Com o objetivo primordial de promover a família dentro da sociedade, buscando o resgate da cidadania, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Saza Lattes, vem atuando há 42 anos nas áreas de educação, promoção social e saúde pública.

Nascida do ideal caridoso de Maria da Luz Espíndola Saza Lattes, que comandou uma grande obra social, a Saza Lattes conta hoje com 12 unidades de atendimento prestando serviço comunitário à população, através de parcerias com os governos federal, estadual e municipal.

Somente em 1995, atendeu a 100 mil pessoas, totalizando 200 mil procedimentos médicos, através de 310 funcionários (médicos, dentistas, enfermeiras, assistentes sociais e pessoal de apoio). É reconhecida a qualidade dos serviços na área de Pediatria, Clínica Médica, Obstetrícia e Ginecologia e Enfermagem. Além disso, a associação mantém unidades de atendimento comunitário, para suprir as necessidades da população carente; os centros sociais da mulher, para capacitação e treinamento profissional e serviço educacional para integrar o atendimento às famílias, oferecendo oportunidade de atendimento à criança, enquanto os pais trabalham, e programas de alfabetização de adultos.

A diretoria da associação para o biênio 96/98 ficou assim constituída:

Presidente - Marisa Soares de Azevedo;

1ª vice-Presidente - Maria Inês Borges da Silveira;

2ª vice-Presidente - Cyroba Braga de O. Ritzmann;

1ª Tesoureira - Glecy Teixeira Prates;

2ª Tesoureira - Annízia Jacomet Fanini;

1ª Secretária - Maria Helena Larsen dos Santos;

2ª Secretária - Clélia Nogueira Russomano;

O Conselho Fiscal é formado por Carmem Zanchi, Parahydes Soares Pereira e Tereza Cristina Pessoa. Como suplentes foram escolhidas: Helena Crivelaro Valladão, Mair Taborda Ribas e Clotilde E. S. Martins Filgueiras.

Que o presente requerimento enseje os sinceros votos de congratulações deste Poder a todas as eleitas, reconhecidas na sociedade curitibana pela dedicação às obras sociais, augurando-lhes uma gestão profícua e repleta de êxito frente à Saza Lattes.

REQUERIMENTO Nº 1362

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na Ata deste Poder Legislativo, voto de congratulações à nova diretoria da Associação Paranaense dos Advogados Criminalistas.

Sala das Sessões, em 07.11.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Entidade que congrega os advogados criminalistas em nosso Estado, a APACRIMI empossou, no último dia 31 de outubro, a sua diretoria para o biênio 97/98.

Presidente: Elias Mattar Assad;

Vice-Presidente: Munir Guérios Filho;

Secretário: Luiz Antonio Martins Barbosa Jr.

Tesoureiro: Márcio Hofmeister;

Diretor Jurídico: Rachid Jorge M. Piloto;

Diretor Social: Carlos R. Munhoz Costa;

Diretora de Relações Públicas: Arlete Sartori;

Diretora de Assistência Social: Lucélia C. Rosa;

Orador Oficial: Paulo R. Munhoz Costa.

Que o presente requerimento enseje os sinceros votos de congratulações deste Poder a todos os diretores eleitos, representantes da excelente plêiade paranaense de advogados criminalistas, augurando-lhes uma gestão profícua e repleta de êxito frente à APACRIMI.

REQUERIMENTO Nº 1366

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de expediente ao Exmo. Sr. Leônicio Vieira de Rezende Neto, Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de telefone público no Bairro do Anhaia, Estrada do Anhaia, prolongamento da Rua São Marcos de Bona, devendo ser instalado no Bar do Cunha.

Sala das Sessões, em 07.11.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 1364

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de Pedido de Informação ao Exmo. Sr. Cândido Martins de Oliveira, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando:

1) Apuração imediata das violências e arbitrariedades praticadas pelo Delegado de Polícia Dr. Gilberto Pereira da Silva e pelos policiais civis e militares de Pitanga contra os técnicos do Convênio da Secretaria do Meio Ambiente - SEMA, e Cooperativa Central Agrária de Reforma Agrária do Paraná - CCA/PR;

2) Afastamento imediato, dos envolvidos, de suas funções, para uma apuração isenta;

3) Fim das atividades ilegais da P2.

Sala das Sessões, em 07.11.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Dia 31/10 dois técnicos que atuam nas áreas de assentamentos da Reforma Agrária da região de Pitanga foram violentamente agredidos, espancados, humilhados na cidade, sob as ordens do Delegado Gilberto Pereira da Silva, e policiais civis, sem nenhuma razão, pois ambos estavam a caminho de suas residências. Os policiais só pararam de bater e agredir, quando descobriram que eram técnicos do Convênio da Secretaria do Estado do Meio Ambiente e CCA/PR.

Em anexo: Declaração das vítimas e laudo das lesões corporais.

REQUERIMENTO Nº 1365

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de Pedido de Informação ao Exmo. Sr. Lubomir Ficinski, Secretário de Estado do Planejamento, solicitando cópia de inteiro teor do(s) processo(s) de desapropriação das áreas onde foi construído o Canal Extravasar.

Sala das Sessões, em 07.11.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Analisando os documentos preliminares, consta-se uma diferença de pagamentos por metros quadrados, variando de R\$ 2,02 a R\$ 19,22.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 492/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica denominado de Professor Elias Abrahão, o Prédio da Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.11.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A intenção do presente projeto de lei é de prestar singela homenagem ao saudoso Professor Elias Abrahão.

Entendemos justa a homenagem póstuma que pretendemos seja concedida ao eminente cidadão e homem público, que foi o Professor Elias Abrahão, por quem sempre tivemos profundo respeito e admiração.

Elias Abrahão nasceu no Município de Franca, no Estado de São Paulo, e residia na Capital do Estado do Paraná há 32 anos. Faleceu em lamentável acidente automobilístico no litoral paranaense no dia 18 de setembro de 1996. Deixou viúva Dona Magali e três filhos. Pastor Presbiteriano, Professor, Deputado Federal e ex-Secretário de Estado da Educação. Foi também Secretário do Meio Ambiente de Curitiba.

Fora da política, Elias Abrahão atuava como Pastor da Igreja Presbiteriana, da qual era Pastor Emérito. Foi presidente fundador da Associação Interdenominacional do Ensino Religioso e Presidente da Sociedade Evangélica Beneficente, entidade provedora do Hospital Evangélico de Curitiba. Sua vida foi uma prova de luta em favor da justiça, da verdade e da decência na função pública. Sua história teve a marca do compromisso profético ao lado dos "sem vez e sem voz". Sempre acreditou no resgate dos valores familiares e na dignidade da pessoa humana. Acreditava na força do trabalho como alavanca do desenvolvimento do Brasil.

Elias Abrahão, foi aquele amigo dos amigos, marido dedicado, pai bondoso, cristão engajado, cidadão autêntico, professor vocacionado, pastor de todas as fronteiras, homem que só tinha amigos e mais amigos, filho de Deus que ficou presente para sempre no coração da esposa Magali, na ternura e na alegria dos filhos Luciana, Paula e Ricardo e na imensa legião de amigos e companheiros. Além de Deputado, Elias Abrahão foi pastor, professor de inglês. Formou-se pela Faculdade de Teologia de Campinas, com mestrado e doutorado em Filosofia pela Pittsburg Theological Seminary, no Estado da Pensilvânia nos Estados Unidos. Além de Teologia, cursou Psicologia e História.

Elias Abrahão jamais deixará de viver no reconhecimento e na saudade de seus contemporâneos. Pedimos, pois, desculpas para homenageá-lo com a modesta designação de seu nome ao prédio da Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 493/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Doutor Sérgio Fonseca Tarlé.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.11.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
JUSTIFICATIVA:

Nascido em Ponta Grossa, em 06 de setembro de 1938, Sérgio Fonseca Tarlé, filho de Jacyr F. Tarlé e Conceição F. Tarlé, casado com Ieda Maria G. Tarlé, formou-se em Medicina pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Católica do Paraná, em 1965.

Sérgio Fonseca Tarlé é portador de um Currículo Médico dos mais brilhantes do País.

Nos anos de 1964 e 1965, iniciou sua dedicação ao estudo da dermatologia na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, a partir daí iniciou sua especialização nesta área da Medicina.

1965 - Concluiu período de internamento na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, no serviço de Dermatologia.

1968 - Realizou curso de especialização em lepra, na Escola de Saúde Pública do Paraná.

Nos 31 anos que o Dr. Sérgio Fonseca Tarlé serve a medicina, teve uma presença marcante em todas as atividades na área médica da dermatologia, em seus órgãos de representatividade de classe, simpósios, congressos e cursos técnicos de aperfeiçoamento, debates e apresentação de trabalhos científicos, no Brasil e exterior.

Títulos Especiais:

- Associação Médica Brasileira - 04/83
- São Paulo - Especialista em Alergia Clínica;
- Associação Médica Brasileira - 08/80
- Rio de Janeiro - Especialista em Hansenologia;
- Associação Médica Brasileira - 09/86
- Rio de Janeiro - Especialista em Dermatologia.

Cursos de Extensão:

A partir de 1968, participou de 31 cursos de extensão na sua área, realizados no Brasil e exterior.

Jornadas, Congressos e Simpósios:

Foram 101 participações, a partir de 1964, em diversos Estados e em Países como Estados Unidos, Espanha, Alemanha, Portugal, Uruguai, México, Paraguai e França, sempre buscando aperfeiçoamento científico e socializando os seus conhecimentos, através de palestras e apresentação de trabalhos.

Atividades Acadêmicas:

A partir de 1968, teve participação ativa em atividades acadêmicas na área da dermatologia, tendo participado da organização de mais de 60 eventos do gênero, em diversos Estados e igualmente no exterior.

Atividades Didáticas Superiores:

Como instrutor, professor convidado, organizador e promotor, o Dr. Sérgio Fonseca Tarlé, participou de mais de 30 atividades, sempre em diversos Estados e no exterior.

Trabalhos apresentados em Congressos:

Foram mais de 60 os trabalhos apresentados em Congressos e eventos similares, como autor e co-autor, em eventos realizados no Brasil e exterior.

Atividades Científicas, Literárias e Artísticas:

Desde 1968, teve participação invejável em mais de 80 atividades do gênero, com dissertações, comunicações e palestras, nas mais diversas áreas da dermatologia, no Brasil e exterior.

Trabalhos Publicados:

Foram mais de 12 trabalhos publicados, a partir de 1965.

Homenagens, Homenagens e Prêmios:

- 1985 - Diploma Participação na Coordenação do II Simpósio Internacional de Atualização em Doenças Sexualmente Transmissíveis.

- 1986 - Diploma de Reconhecimento / Santa Casa de Misericórdia de Curitiba.

- 1993 - Homenageado pela turma de formandos de Medicina da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - Turma Professor Doutor Sérgio Fonseca Tarlé.

Funções com Mandato:

Participação como diretor, conselheiro e membro de entidades representativas de classe, a partir de 1968, na Sociedade Brasileira de Dermatologia Conselho Regional de Medicina do Paraná, Associação Médica do Paraná, Sociedade Brasileira de Alergia e Imunopatologia e União Brasileira Contra Doenças Venéreas.

Sociedade Científica:

São mais de 15 entidades do gênero que contam com a colaboração do Dr. Sérgio Fonseca Tarlé, de diversos Estados brasileiros e de países como Portugal, Estados Unidos e Colômbia, apresentando-se como sócio efetivo, membro fundador e nato de conselhos, como no caso da Associação Brasileira de Hansenologia.

Atividades Profissionais Públicas:

1971/1981 - Instituto Nacional de Previdência Social: Médico - Especialista em Dermatologia e Alergia - Curitiba / PR.

1991 - Ministério da Saúde: Membro do Comitê Assessor de Dermatologia Sanitária / Coordenador de Dermatologia Sanitária da Macro Região Sul - Curitiba / PR.

19 / até a presente data - Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Paraná: Chefe da Seção de Sanatórios e Dispensários da Divisão de Profilaxia da Lepra - Chefe da Divisão de Profilaxia de Hanseníase - Diretor do Hospital São Roque (1971/1972) - Coordenador da Campanha de Câncer de Pele e Dermatologista do Serviço Pênfigo - Curitiba / PR.

Atividade Profissional Provada:

1966 / até a presente data - Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba: Médico Dermatologista Adjunto - chefe do Ambulatório de Dermatologia - Curitiba / PR.

Atividade Profissional Liberal:

Clínica de Dermatologia Doutor Tarlé - Curitiba / PR.

Idiomas:

Português, Espanhol, Inglês e Francês.

Como percebe-se no breve relato desta justificativa, o Doutor Sérgio Fonseca Tarlé, tem dedicado sua vida ao estudo e aplicação da Medicina. Assim, entendemos, o mesmo ser merecedor de homenagens da Assembleia Legislativa do Paraná pelos relevantes serviços que desenvolve em benefício da comunidade paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Não havendo oradores inscritos no Pequeno e no Grande Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças.

(Todos declinam)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apelado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 418/96, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que autoriza o Poder Executivo a ceder à Casa

Latino-Americana - CASLA, o imóvel que especifica. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Em discussão a Emenda Aprovada. O projeto irá para Redação Final.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 076/96, de autoria do Deputado José Tavares, que dispõe sobre incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos, na forma que especifica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. COM EMENDA DA C.F..**

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 076/96, constante da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 076/96 por 10 (dez) sessões.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 092/96, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Cornélio Procopio, objetivando completar a pavimentação do Conjunto Habitacional Jardim da Figueira. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.O.P.T.C.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 099/96, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Santa Mariana e Prefeitura Municipal de Leopólis, objetivando a pavimentação entre o Distrito do Panema, e o Distrito de Jandinópolis. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.O.P.T.C.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 446/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 078/96, que dispõe, com base na Lei Complementar Federal nº 087/96, normas referentes ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e dá outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. COM**

EMENDAS DA C.C.J., C.F. E SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, várias emendas de Plenário, de autoria de diversos Senhores Deputados, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 2, AO PROJETO DE LEI Nº 446/96

Acrescente-se o § 5º ao Art. 36 do Projeto de Lei nº 446/96:

“§ 5º - Nas importações cujo desembaraço aduaneiro ocorra no território paranaense, o contribuinte deste Estado poderá pagar o imposto devido por ocasião do desembaraço através de documento de crédito expedido pela Secretaria da Fazenda, contra o débito de saldo de crédito acumulado existente na escrita fiscal do contribuinte”.

Sala das Sessões, em 04.11.96.

(a) RENATO ADUR

Apoio: Ricardo Chab, Caíto Quintana, Sâmis da Silva, Albanor Gomes, Edson Silva Lino, Geraldo Cartário, Antonio Annibelli, Orlando Pessuti e José Tavares.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de importante instrumento para incentivar os contribuintes paranaenses a se utilizarem do Porto de Paranaguá, com resultados altamente positivos para a economia do Estado.

Constitui, também, eficiente mecanismo que possibilita aos contribuintes paranaenses aproveitarem os créditos fiscais que possuem.

Esse mecanismo não trará nenhum prejuízo ao erário público, mesmo porque já vem sendo de longa data utilizado pelo Estado do Paraná, encontrando-se previsto no vigente Regulamento do ICMS (RICMS, art. 68, inciso VI, letra “a”, item 1.1 - Decreto Estadual nº 1.511, de 29.12.95).

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 03, AO PROJETO DE LEI Nº 446/96

Súmula: Alterar o artigo 16:

“Art. 16 - Contribuinte do imposto é o produtor, extrator, gerador de energia, industrial, comerciante ou importador que promove a circulação de mercadorias, e o prestador de serviços descritos como fato gerador do imposto.

Parágrafo Único - Incluem-se entre os contribuintes dos impostos:

I - o importador, o arrematante ou o adquirente, o comerciante, o industrial, o produtor e o extrator,

II - o prestador de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação;

III - a cooperativa;

IV - a instituição financeira e a seguradora;

V - a sociedade civil de fim econômico;

VI - a sociedade civil de fim não econômico que preste serviços ou explore estabelecimento de extração de substância mineral ou fóssil, de produção agropecuária, industrial ou que comercialize mercadorias que para esse fim adquirir ou produzir;

VII - os órgãos da Administração Pública, as entidades da Administração Indireta e as Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, que vendam, ainda que apenas a compradores de determinada categoria profissional ou funcional, mercadorias que, para esse fim, adquirirem ou produzirem ou prestem serviços de transporte ou comunicação.

VIII - a concessionária ou permissionária de serviços públicos de transporte, de comunicação e de energia elétrica;

IX - o prestador de serviços não compreendidos na competência tributária dos municípios, que envolvam fornecimento de mercadorias;

X - o prestador de serviços compreendidos na competência tributária dos municípios, que envolvam Fornecimento de mercadorias ressalvadas em lei complementar;

XI - o restante, o bar, o café, o hotel, a lanchonete e estabelecimentos similares que promovam o fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias;

XII - qualquer pessoa indicada nos incisos anteriores que, na condição de consumidor ou usuário final, adquirir bens ou serviços em operações ou prestações interestaduais e de importação do exterior.

Sala das Sessões, em 06.11.96.

(a) JOEL COIMBRA

Apoio: Augustinho Zucchi, Duílio Genari e Albanor Gomes.

JUSTIFICATIVA:

Em virtude que a pessoa física em relação ao Código Comercial, não é considerado como contribuinte.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 04, AO PROJETO DE LEI Nº 446/96

Súmula: Modifica o Art. 14 do projeto para acrescentar o seguinte:

Art. 14 - As alíquotas internas são seletivas em função da essencialidade dos produtos ou serviços, assim distribuídas:

I - Alíquota de 30% para as operações e prestações com os seguintes bens, mercadorias e serviços:

a) Alcool anidro para fins combustíveis;
b) Armas e munições, suas partes e acessórios classificados no Capítulo 93 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistemas Harmonizados - NBM/SH;

c) Gasolina;

d) Fumo e seus sucedâneos manufaturados classificados no Capítulo 24 da NBM/SH;

II - Alíquota de 17% para as operações e prestações dos seguintes bens, mercadorias e serviços:

a) Alcool hidratado para fins de combustíveis.

Sala das Sessões, em 06.11.96.

(a) JOEL COIMBRA

Apoiamto: César Seleme, Duílio Genari, Augustinho Zucchi e Edno Guimarães.

JUSTIFICATIVA:

A do projeto em tramitação.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 05, AO

PROJETO DE LEI Nº 446/96

Súmula: Modifica a redação do inciso XIII do Art. 56 do projeto para os termos seguintes:

"Art. 56 - ...

...
XIII - Em qualquer fase do processo, em primeira e segunda instâncias, é assegurado ao autuado o direito de vista dos autos, onde tramitam o feito administrativo, e quando o sujeito passivo for representado por advogado habilitado, terá através deste, o direito a retirada dos autos pelo prazo de defesa ou manifestação, e permitindo o fornecimento de cópias autenticadas ou certidões por solicitação do interessado lavrando o servidor termo com indicação das peças fornecidas".

Sala das Sessões, em 05.11.96.

(a) JOEL COIMBRA

Apoiamto: César Seleme, Basílio Zanusso, Duílio Genari e Albanor Gomes.

JUSTIFICATIVA:

Nos termos do inciso XV da Lei Federal 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e Ordem dos Advogados do Brasil) a prerrogativa de retirados dos autos é assegurado aos advogados. Nos feitos fiscais, onde o estudo dos fatos e análise dos documentos dependem do contido nos autos, imprescindível que se permita a retirada, mediante carga ao advogado, pelo prazo da lei. A obtenção de cópias, a cargo do sujeito passivo trará ônus desnecessários e

muitas vezes insuportáveis ao contribuinte fora o caso de afronta a Lei Federal.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 06, AO

PROJETO DE LEI Nº 446/96

Súmula: Acrescenta ao inciso XIV, letra "b" do Art. 56 do projeto, o nº 3 com a seguinte redação:

Art. 56 - ...

XIV - ...

b - ...

1 - ...

2 - ...

3 - O Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais ter proferido decisão final e irreformável, por mais de uma vez, sobre a mesma matéria de forma favorável ao sujeito passivo da obrigação tributária, comprovado por certidão do referido órgão.

Sala das Sessões, em 06.11.96.

(a) JOEL COIMBRA

Apoiamto: César Seleme, Duílio Genari e Albanor Gomes.

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 9.884 de 26 de dezembro de 1991, introduziu à Lei nº 8.933 esse dispositivo, com o objetivo de não permitir que matéria já decidida pelo Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais de forma final e informável, continuasse a ser cobrada pelo Estado, impondo despesas e constrangimentos desnecessários aos contribuintes, em prol de locupletamento indevido de Estado. Ambas as Leis nºs 9.889 e 8.933 são revogadas no atual projeto, daí porque imprescindível se acrescente esse dispositivo, cujos motivos e razões inspiraram esta Casa a aprovar a Lei nº 9.884/91.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 07, AO

PROJETO DE LEI Nº 446/96

Súmula: Modifica a redação do inciso XIV do Art. 56, nestes termos:

Art. 56 - ...

XIV - as decisões do Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais são finais e irreformáveis, na esfera administrativa, quando delas não caiba mais recurso ou se esgotarem os prazos para tal procedimento, observando-se que:

Sala das Sessões, em 05.11.96.

(a) JOEL COIMBRA

Apoiamto: César Seleme, Duílio Genari, Albanor Gomes e Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

Para não permitir intromissão de decisões que não as do Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, legalmente

constituído e habilitado para julgamento administrativo, necessário que se mencione que as decisões de que trata este inciso são do Conselho. Com isso estar-se-á inibindo que através de decretos e outras formas crie-se discriminações ou recursos fora do Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais.

**EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 08, AO
PROJETO DE LEI Nº 446/96**

Súmula: Altera disposto no inciso I, §, artigo 6º:

"Art. 6º -

§ 2º - Não integra a base de cálculo do imposto montante:

I - do imposto sobre produtos industrializados";

Sala das Sessões, em 06.11.96.

(a) JOEL COIMBRA

Apoio: César Seleme, Duílio Genari,
Albanor Gomes e Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que estabelece que IPI integra a base de cálculo do ICMS sobre as vendas a consumidor, onerando o preço das mercadorias.

A atual política econômica estabelece um controle rígido da inflação. Neste termos, qualquer aumento no preço das mercadorias tende a elevar os níveis inflacionários, contrastando com a realidade econômica.

**EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 09, AO
PROJETO DE LEI Nº 446/96**

Súmula: Acrescenta o § 5º ao artigo 5º.

Art. 5º -

§ 5º - Nas mercadorias importadas, industrialização ou comercialização através das estações aduaneiras no Estado do Paraná por empresas situadas neste Estado, o ICMS deverá ser diferido até que ocorra a saída das mesmas.

Sala das Sessões, em 06.11.96.

(a) JOEL COIMBRA

Apoio: César Seleme, Duílio Genari,
Albanor Gomes e Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

Conforme disposto no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto Estadual 1511/95, nas importações através das estações aduaneiras do Estado do Paraná por contribuintes localizados neste Estado, o ICMS era lançado em conta gráfica e o pagamento ocorria na saída da mercadoria, também em conta gráfica.

O projeto de lei estadual prevê o pagamento no ato do desembaraço aduaneiro, ocasionando para as empresas o dispêndio

financeiro, causando uma descapitalização das mesmas.

Assim sendo, propomos o diferimento do ICMS até que ocorra a efetiva saída das mercadorias.

**EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 10, AO
PROJETO DE LEI Nº 446/96**

Súmula: Altera o disposto no § 2º do artigo 5º.

Art. 5º -

§ 2º - Na hipótese do inciso IX, após o desembaraço aduaneiro, a entrega, pelo depositário, de mercadoria ou bem importados do exterior, deverá ser autorizada pelo órgão responsável pelo seu desembaraço, salvo disposição em contrário.

Sala das Sessões, em 06.11.96.

(a) JOEL COIMBRA

Apoio: César Seleme, Duílio Genari,
Albanor Gomes e Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

Conforme disposto no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto Estadual 1511/95, nas importações através das estações aduaneiras do Estado do Paraná por contribuintes localizados neste Estado, o ICMS era lançado em conta gráfica e o pagamento ocorria na saída da mercadoria, também em conta gráfica.

O projeto de lei estadual prevê o pagamento no ato de desembaraço aduaneiro, ocasionando para as empresas o dispêndio financeiro, causando uma descapitalização das mesmas.

Assim sendo, propomos o diferimento do ICMS até que ocorra a efetiva saída das mercadorias.

**EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 11, AO
PROJETO DE LEI Nº 446/96**

Súmula: Altera o disposto no inciso V, § 1º, artigo 6º.

Art. 6º -

§ 1º -

V - na hipótese do inciso IX do art. 5º, a soma das seguintes parcelas:

a) valor da mercadoria ou bem constante dos documentos de importação, observado o disposto no art. 7º;

b) quaisquer despesas aduaneiras;

Sala das Sessões, em 06.11.96.

(a) JOEL COIMBRA

Apoio: César Seleme, Duílio Genari,
Albanor Gomes e Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

A incidência dos impostos sobre produtos industrializados, de importações e de operações de câmbio na base de cálculo do ICMS o torna oneroso para as empresas.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 12, AO PROJETO DE LEI Nº 446/96

Súmula: Acrescentar ao inciso III, § 2º, do artigo 6º.

Fica alterado o Art. 6º, § 2º.

"Art. 6º - ...

§ 2º - Não integra a base de cálculo do imposto o montante:

III - o montante do próprio imposto, constituindo o respectivo destaque separadamente do preço da base de cálculo".

Sala das Sessões, em 06.11.96.

(a) JOEL COIMBRA

Apoio: César Seleme, Basílio Zanusso, Duílio Genari e Albanor Gomes.

JUSTIFICATIVA:

Pelo fato do ICMS integrar a sua própria base de cálculo, as alíquotas aplicadas sobre os produtos e serviços eleva-se acima do que está estipulado na legislação, conforme demonstrativo abaixo:

Mercadorias / ICMS R\$	ICMS %	ICMS R\$	Mercadorias / ICMS R\$	ICMS sobre merc. s/ ICMS-%	ICMS %	ICMS R\$
100.00	7	7.00	91.00	9.89	7	6.37
100.00	12	12.00	88.00	13.64	12	10.56
100.00	17	17.00	83.00	20.48	17	14.11
100.00	25	25.00	75.00	33.33	25	18.75

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 13, AO PROJETO DE LEI Nº 446/96

Súmula: Acrescentar § 5º no artigo 36:

"Art. 36 - ...

§ 5º - O prazo de vencimento do ICMS, do artigo 55, será no último dia do mês subsequente ao do fato gerador".

Sala das Sessões, em 06.11.96.

(a) JOEL COIMBRA

Apoio: César Seleme, Duílio Genari, Basílio Zanusso e Albanor Gomes.

JUSTIFICATIVA:

Em virtude da maior parte das vendas de produtos e serviços serem efetuados a prazo, e o pagamento pelo contribuinte do ICMS ser recolhido entre os dias 11 a 15 do mês subsequente ao do fato gerador, as empresas ficam cada vez mais descapitalizadas para prosseguirem os seus negócios.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 14, AO PROJETO DE LEI Nº 446/96

Súmula: Suprimir o inciso I, § 1º, do artigo 6º:

"Art. 6º - ...

§ 1º - integra a base de cálculo do imposto:

I - Suprimir".

Sala das Sessões, em 06.11.96.

(a) JOEL COIMBRA

Apoio: César Seleme, Basílio Zanusso, Albanor Gomes e Duílio Genari.

JUSTIFICATIVA:

Pelo fato do ICMS integrar a sua própria base de cálculo, as alíquotas aplicadas sobre os produtos e serviços eleva-se acima do que está estipulado na legislação, conforme demonstrativo abaixo:

Mercadorias / ICMS R\$	ICMS %	ICMS R\$	Mercadorias / ICMS R\$	ICMS sobre merc. s/ ICMS-%	ICMS %	ICMS R\$
100.00	7	7.00	91.00	9.89	7	6.37
100.00	12	12.00	88.00	13.64	12	10.56
100.00	17	17.00	83.00	20.48	17	14.11
100.00	25	25.00	75.00	33.33	25	18.75

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 15, AO PROJETO DE LEI Nº 446/96

Súmula: Suprimir as letras "a" e "j" e alterar as letras "h" e "n", inciso I, do artigo 14;

"Art. 14 - ...

I - alíquota de 25% (vinte e cinco por cento) para as operações e prestações como os seguintes bens, mercadorias e serviços:

a) Suprimir

b) ...

c) ...

d) ...

e) ...

f) ...

g) ...

h) energia elétrica, exceto, letra "q" do inciso II, deste artigo.

i) ...

j) Suprimir

l) ...

m) ...

n) prestações de serviços de telefonia, letra "s" do inciso II, deste artigo".

Sala das Sessões, em 06.11.96.

(a) JOEL COIMBRA

Apoio: César Seleme, Duílio Genari, Albanor Gomes e Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

O caput do artigo 14 do projeto de lei dispõe que alíquotas internas são seletivas em função da essencialidade dos produtos e serviços veio de encontro com os produtos das "a", "h", "j" e "n", por tratarem-se de produtos e serviços essenciais.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 16, AO

PROJETO DE LEI Nº 446/96

Súmula: Suprimir os §§ 6º e 7º do artigo

6º:

“Art. 6º - ...

§ 6º - Suprimir.

§ 7º - Suprimir”.

Sala das Sessões, em 06.11.96.

(a) JOEL COIMBRA

Apoiamento: César Seleme, Duílio Genari,
Albanor Gomes e Basílio Zanusso.**JUSTIFICATIVA:**

A lei federal aboliu a correção monetária nos impostos e contribuições federais e na Lei Complementar nº 87/96, do ICMS, não consta nenhum item que trata sobre correção na base de cálculo nas vendas para entrega futura.

**EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 17, AO
PROJETO DE LEI Nº 446/96**

Súmula: Acrescentar o artigo 67:

“Art. 67 - O recolhimento do ICMS sobre energia elétrica e prestação de serviços de telefonia será efetuado no município onde é gerado o imposto”.

Sala das Sessões, em 06.11.96.

(a) JOEL COIMBRA

Apoiamento: César Seleme, Basílio Zanusso,
Duílio Genari e Albanor Gomes.**JUSTIFICATIVA:**

O recolhimento do ICMS da energia elétrica e serviços de telefonia, está sendo recolhido centralizado em Curitiba, ocasionando o aumento do coeficiente para distribuição da parcela dos municípios para Curitiba.

**EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 18, AO
PROJETO DE LEI Nº 446/96**

Súmula: Alterar o “caput” do artigo 57:

“Art. 57 - Quando ocorrer a infração descrita no inciso I do § 1º do art. 55, o imposto, acrescido da penalidade, será inscrito em dívida ativa após o 4º (quarto) mês do vencimento, não cabendo em consequência da declaração do próprio contribuinte, qualquer reclamação ou recurso”.

Sala das Sessões, em 06.11.96.

(a) JOEL COIMBRA

Apoiamento: César Seleme, Basílio Zanusso,
Duílio Genari e Albanor Gomes.**EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 19, AO
PROJETO DE LEI Nº 446/96**

Súmula: Fica acrescentado o art. 66.

“Art. 66 - Nas vendas efetuadas no mês de dezembro, o saldo devedor do ICMS daquele mês, será parcelado, em valores iguais, nos

meses de janeiro, fevereiro e março, cujo dia do vencimento será no último dia útil de cada mês”.

Sala das Sessões, em 06.11.96.

(a) JOEL COIMBRA

Apoiamento: César Seleme, Basílio Zanusso,
Duílio Genari e Albanor Gomes.**JUSTIFICATIVA:**

Em virtude da maioria das vendas serem efetuadas a prazo no mês de dezembro, aumentando excessivamente as vendas e tendo o pagamento do 13º salário, encargos trabalhistas e impostos federais nos meses de novembro, dezembro e janeiro, fica o empresariado praticamente impossibilitado de arcar com mais encargos tributários.

**EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 20, AO
PROJETO DE LEI Nº 446/96**Súmula: Alterar o § 1º, inciso I, do
artigo 55:

“Art. 55 - ...

I - ...

II - ...

§ 1º - Ficam sujeitos às seguintes multas os que cometerem as infrações descritas nos respectivos incisos deste artigo:

I - equivalente a 2% (dois por cento) do valor do imposto declarado e não recolhido, ao contribuinte que deixar de pagar, no prazo previsto na legislação tributária, o imposto a recolher por ele declarado na forma prevista no § 4º do art. 45º.

Sala das Sessões, em 06.11.96.

(a) JOEL COIMBRA

Apoiamento: César Seleme, Duílio Genari e
Albanor Gomes.**JUSTIFICATIVA:**

O código de defesa do consumidor, em seu artigo 52, § 1º, com redação dada pela Lei nº 9.298/96, determina que a multa em atraso do setor privado é de no máximo 2% (dois por cento). Nestes termos, nada mais justo que essa multa seja estendida ao setor público.

**EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 21, AO
PROJETO DE LEI Nº 446/96**Súmula: Suprimir o “caput” do artigo
40:

Art. 40 - Suprimir.

Parágrafo Único - As demais multas previstas no § 1º do art. 55 desta lei, propostas em auto de infração, serão reduzidas em 50% (cinquenta por cento) quando pagas, no prazo da reclamação, juntamente com as demais quantias exigidas, ou quando estas, quitadas a multas, sejam objeto de parcelamento”.

Sala das Sessões, em 06.11.96.

(a) JOEL COIMBRA

Apoioamento: César Seleme, Duílio Genari, Albanor Gomes e Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

O código de defesa do consumidor, em seu artigo 52, § 1º, com redação dada pela Lei nº 9.298/96, determina que a multa em atraso do setor privado é de no máximo 2% (dois por cento). Neste termos, nada mais justo que essa multa seja estendida ao setor público.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 22, AO PROJETO DE LEI Nº 446/96

Súmula: Acrescentar a letra "e" no inciso III do art. 14.

Art. 14 - ...

III - ...

e) suco de laranja.

Sala das Sessões, em 06.11.96.

(a) JOEL COIMBRA

Apoioamento: César Seleme, Duílio Genari, Albanor Gomes, Edno Guimarães e Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de um produto que hoje está integrado à alimentação humana, da mesma forma que o leite. Constitui, ademais, importante fonte de geração de empregos, renda e receita.

No plano de fixação do homem ao campo, ela viabiliza a pequena propriedade, tornando-se fundamental portanto, como estratégia alternativa em substituição às culturas do café e do algodão.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 23, AO PROJETO DE LEI Nº 446/96

Súmula: Acrescentar o § 3º ao art. 2º.

Art. 2º - ...

§ 3º - O imposto não incide sobre a prestação de serviço de composição gráfica, personalizada e sob encomenda, ainda que envolva fornecimento de mercadorias.

Sala das Sessões, em 06.11.96.

(a) JOEL COIMBRA

Apoioamento: César Seleme, Basílio Zanusso, Duílio Genari, Edno Guimarães e Albanor Gomes.

JUSTIFICATIVA:

A finalidade desta emenda é tornar clara uma situação jurídica que tem motivado inúmeras ações judiciais. Os Tribunais, inclusive o Superior Tribunal de Justiça, já firmaram entendimento no sentido de que o ICMS não incide sobre a prestação de serviço de composição gráfica, personalizada e sob encomenda, ainda que envolva fornecimento de mercadorias.

A dúvida maior é quando o produto é feito sob encomenda, tais como: etiquetas, bulas,

materiais de embalagens e materiais de instrução e assemelhados, tratando-se de serviços apenas geradores de ISS.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 24, AO PROJETO DE LEI Nº 446/96

Súmula: Acrescentar a palavra "algodão" na letra "d" do inciso III do art. 14.

Art. 14 - ...

III - ...

d) fios e tecidos de seda e algodão, desde que promovidos por estabelecimento industrial-fabricante, localizado neste Estado;

Sala das Sessões, em 06.11.96.

(a) JOEL COIMBRA

Apoioamento: Duílio Genari, Albanor Gomes, César Seleme, Edno Guimarães e Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

A exemplo da seda, esta atividade é altamente geradora de mão-de-obra. O algodão no Paraná vem tendo redução drástica de plantio nos últimos anos, gerando alto índice de desemprego.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 25, AO PROJETO DE LEI Nº 446/96

Súmula: Acrescenta a letra "d" ao § 1º, inciso XVII do Art. 55.

Art. 55 - ...

§ 1º - ...

XVII - ...

d) Deixar o contribuinte de apresentar, anualmente, de forma unificada, relativamente a cada estabelecimento, ressalvada a hipótese de inscrição centralizada, a Declaração Fisco Contábil - DFC, documento que venha substituí-lo, nos prazos regulamentares, para fins de apuração do índice de participação dos municípios na arrecadação do ICMS, bem como para obtenção de informações econômicas fiscais.

Sala das Sessões, em 06.11.96.

(a) JOEL COIMBRA

Apoioamento: César Seleme, Basílio Zanusso, Albanor Gomes, Duílio Genari e Edno Guimarães.

JUSTIFICATIVA:

O documento em referência tem o objetivo de fixar o índice de participação dos municípios na arrecadação do ICMS, que é baseado no critério do valor adicionado. O índice de omissão na entrega desse documento é muito grande e tem ocasionado sérios prejuízos aos municípios, que tem seu valor adicionado reduzido na medida em que não é contabilizada pelo Estado o respectivo valor adicionado do município.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 26, AO PROJETO DE LEI Nº 446/96

Súmula: Acrescenta letras "c" e "d" ao § 1º, inciso XIII do Art. 55.

Art. 55 - ...

§ 1º - ...

XIII - ...

c) deixar de entregar à repartição fiscal de seu domicílio tributário a via do documento fiscal a ela destinado.

d) deixar de entregar ou remeter ao produtor, no prazo estabelecido na legislação, via a este destinada de documento fiscal.

Sala das Sessões, em 06.11.96.

(a) JOEL COIMBRA

Apoio: César Seleme, Edno Guimarães, Basílio Zanusso, Albanor Gomes e Duílio Genari.

JUSTIFICATIVA:

O gravame proposto tem a finalidade educativa e repressiva, ou seja, conscientizar o contribuinte da importância desse documento para seu município e desestimulá-lo a cometer essa infração.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 27, AO PROJETO DE LEI Nº 446/96

Artigo 5º, inciso I, combinado com Artigo 18, incluir o inciso XI com a seguinte redação:

Art. 5º - ...

...

XI - Na transferência de um estabelecimento para outro da mesma empresa, o pagamento do tributo ficará sob a responsabilidade do destinatário, salvo se a transferir para outro ou para o mesmo estabelecimento da empresa.

Sala das Sessões, em 04.11.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Embora inconstitucional a exigência do Art. 5º, I, a disposição permite que seja neutralizada a incidência tributária.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 28, AO PROJETO DE LEI Nº 446/96

Artigo 6º, incluir no § 2º o inciso IV, com a seguinte redação:

Art. 6º - ...

§ 2º - ...

IV - O valor de base de cálculo do tributo em operação interestadual é o valor efetivo do frete, sem inclusão do próprio imposto.

Sala das Sessões, em 04.11.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

A concorrência com prestadoras de serviços de outras unidades federativas sem que as paranaenses tenham que majorar artificialmente a alíquota do imposto.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 29, AO PROJETO DE LEI Nº 446/96

Inclui o inciso XI ao Artigo 4º, com a seguinte redação:

Art. 4º - O imposto não incide:

...

XI - O imposto não incide sobre o valor de venda de veículo usado no transporte de cargas e de passageiros, desde que após 12 (doze) meses de uso.

Sala das Sessões, em 04.11.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 30, AO PROJETO DE LEI Nº 446/96

O § 2º do Artigo 24 do referido projeto de lei, passa a ter a seguinte redação:

§ 2º - O direito de crédito previsto no "caput" abrange o período de cinco anos anteriores à data desta lei e extinguem-se depois de cinco anos da data do ingresso no estabelecimento do adquirente.

Sala das Sessões, em 04.11.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

A autorização para credenciamento merece que seja explicitado de tal forma a assegurar o direito de abatimento previsto na Constituição (art. 155, V, § 2º), dentro do período decadencial, assegurando-se ainda que a perda do referido direito seja contado do ingresso no estabelecimento e não a partir da data de emissão.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 31, AO PROJETO DE LEI Nº 446/96

Inclui o inciso X, no Artigo 4º, com a seguinte redação:

Art. 4º - O imposto não incide:

...

X - O imposto não incide, e, não será cobrado quando a operação de transporte for realizada com produtos que forem desta condição.

Sala das Sessões, em 04.11.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Ocorrendo não incidência ou dispensa, total do parcial, à qualquer título, da cobrança do tributo, é lógico que igualmente fique afastada a cobrança do ICMS sobre o frete respectivo.

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 32,
AO PROJETO DE LEI Nº 446/96**

Inclui o inciso III, ao § 1º do Artigo 6º,
com a seguinte redação:

§ 2º - Não integra a base de cálculo do
imposto o montante:

I - ...

II - ...

III - do frete decorrido de serviço
prestado no exterior.

Sala das Sessões, em 04.11.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Esta previsão (Art. 2º, § 1º, inciso II),
que repete a Lei Complementar, é
inconstitucional. Assim sendo, para não
contrariar frontalmente a referida L.C. e
neutralizar seu efeito econômico, sugerimos
acrescentar o dispositivo acima.

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 33,
AO PROJETO DE LEI Nº 446/96**

Inclui no inciso II do Artigo 14, a alínea
"p", com a seguinte redação:

Art. 14 - ...

p) Operação de transporte de carga e
passageiros.

Sala das Sessões, em 04.11.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

O dispositivo visa manter a atual taxação
sobre o setor. As condições vigentes não
permitem que se acresça o custo decorrente da
nova lei.

**EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 34, AO
PROJETO DE LEI Nº 446/96**

O Art. 55, § 1º, III, do Projeto de Lei nº
446/96, passa a ter a seguinte redação:

"Equivalente a 40% (quarenta por cento)
do valor do crédito do imposto:"

Sala das Sessões, em 07.11.96.

(a) SÂMIS DA SILVA

Apoiamento: Antonio Annibelli, Techy Filho,
Cleiton Kielse, Durval Amaral, Luiz
Claudio Romanelli e Irondi Pugliesi.

JUSTIFICATIVA:

Através da presente emenda,
pretendemos reduzir os percentuais das multas
aplicadas, a níveis mais próximos à realidade
econômica que experimentamos atualmente.

Salientamos que a cobrança de multas
em índices elevados, podem prejudicar a
arrecadação, uma vez que contribuintes, em
razão das dificuldades que vem enfrentando com
a atual conjuntura econômica, não têm
conseguido satisfazer suas dívidas junto à

Fazenda Pública, trazendo prejuízos ao Tesouro
que deixa de arrecadar mais e as empresas que,
acumulando seus débitos por falta de recursos,
poderão ser inviabilizadas, fechando suas portas
e fatalmente lançando mais desempregados no
mercado, ocasionando problema social.

**EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 35, AO
PROJETO DE LEI Nº 446/96**

O Art. 40, caput, do Projeto de Lei nº
446/96, passa a ter a seguinte redação:

"A multa prevista no inciso I, do § 1º, do
Art. 55, será reduzida, do 1º ao 30º dia seguinte
ao em que tenha expirado o prazo do pagamento,
para 0,33% (zero virgula trinta e três por cento)
do valor do imposto declarado, por dia de
atraso".

Sala das Sessões, em 07.11.96.

(a) SÂMIS DA SILVA

Apoiamento: Antonio Annibelli, Neivo
Beraldin, Techy Filho, Durval Amaral,
Luiz Claudio Romanelli e Irondi
Pugliesi.

JUSTIFICATIVA:

Através da presente emenda,
pretendemos reduzir os percentuais das multas
aplicadas, a níveis mais próximos à realidade
econômica que experimentamos atualmente.

Salientamos que a cobrança de multas
em índices elevados, podem prejudicar a
arrecadação, uma vez que contribuintes, em
razão das dificuldades que vem enfrentando com
a atual conjuntura econômica, não têm
conseguido satisfazer suas dívidas junto à
Fazenda Pública, trazendo prejuízos ao Tesouro
que deixa de arrecadar mais e as empresas que,
acumulando seus débitos por falta de recursos,
poderão ser inviabilizadas, fechando suas portas
e fatalmente lançando mais desempregados no
mercado, ocasionando problema social.

**EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 36, AO
PROJETO DE LEI Nº 446/96**

O Art. 55, § 1º, II, do Projeto de Lei nº
446/96, passa a ter a seguinte redação:

"Equivalente a 20% (vinte por cento) do
valor do imposto devido, ao sujeito passivo que,
nos casos não previstos no inciso anterior,
deixar de pagar o imposto, no todo ou em parte,
na forma e nos prazos previstos na legislação
tributária:"

Sala das Sessões, em 07.11.96.

(a) SÂMIS DA SILVA

Apoiamento: Antonio Annibelli, Techy Filho,
Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli
e Irondi Pugliesi.

JUSTIFICATIVA:

Através da presente emenda, pretendemos reduzir os percentuais das multas aplicadas, a níveis mais próximos à realidade econômica que experimentamos atualmente.

Salientamos que a cobrança de multas em índices elevados, podem prejudicar a arrecadação, uma vez que contribuintes, em razão das dificuldades que vem enfrentando com a atual conjuntura econômica, não têm conseguido satisfazer suas dívidas junto à Fazenda Pública, trazendo prejuízos ao Tesouro que deixa de arrecadar mais e as empresas que, acumulando seus débitos por falta de recursos, poderão ser inviabilizadas, fechando suas portas e fatalmente lançando mais desempregados no mercado, ocasionando problema social.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 37, AO PROJETO DE LEI Nº 446/96

O Art. 55, § 1º, I, do Projeto de Lei nº 446/96, passa a ter a seguinte redação:

“Equivalente a 10% (dez por cento) do valor do imposto declarado e não recolhido, ao contribuinte que deixar de pagar, no prazo previsto na legislação tributária, o imposto a recolher por ele declarado, na forma prevista no § 4º do art. 45.”

Sala das Sessões, em 07.11.96.

(a) SÂMIS DA SILVA

Apoiamento: Antonio Annibelli, Cleiton Kielse, Techy Filho, Irondi Pugliesi e Luiz Claudio Romanelli.

JUSTIFICATIVA:

Através da presente emenda, pretendemos reduzir os percentuais das multas aplicadas, a níveis mais próximos à realidade econômica que experimentamos atualmente.

Salientamos que a cobrança de multas em índices elevados, podem prejudicar a arrecadação, uma vez que contribuintes, em razão das dificuldades que vem enfrentando com a atual conjuntura econômica, não têm conseguido satisfazer suas dívidas junto à Fazenda Pública, trazendo prejuízos ao Tesouro que deixa de arrecadar mais e as empresas que, acumulando seus débitos por falta de recursos, poderão ser inviabilizadas, fechando suas portas e fatalmente lançando mais desempregados no mercado, ocasionando problema social.

O Projeto retorna a Comissão de Justiça com as Emendas oferecidas na Sessão de hoje.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 473/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 090/96, que aprova um ajuste orçamentário no valor de

R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), ao vigente Orçamento da Secretaria de Estado do Transporte, conforme especifica COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F..
Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 012/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 025/95, que autoriza o Poder Executivo, através do IAP, alienar a Mariano Goldacha, o lote nº 09 do imóvel Pitanga Abaixo, Município de Pitanga, com área de 163,2518 HA. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 013/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 026/95, que autoriza o Poder Executivo, através do IAP, alienar a Luiz Alberto Ribas Prestes, o lote nº 06 do imóvel Barra Preta, Município de Pitanga, com área de 106,5838 HA. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 014/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 027/95, que autoriza o Poder Executivo, através do IAP, alienar a Leonildo Gracia da Cruz e Antonio Martinelli, o lote nº 01 do imóvel Borboletinha “A”, Município de Pitanga, com área de 136,5354 HA. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 460/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Sociedade de Obstetrícia e Ginecologia do Paraná - SOGIPA, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 460/96 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade de Obstetrícia e Ginecologia do Paraná - SOGIPA, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.10.96.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública tem por objetivo estudar e discutir assuntos relacionados com a Obstetrícia e a Ginecologia, elevando a nível cultural dentro das especialidades e promover o espírito associativo de seus componentes.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 460/96**

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, visa declarar de Utilidade Pública a Sociedade de Obstetrícia e Ginecologia do Paraná - SOGIPA, com sede e foro nesta Capital.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, e de acordo com a Lei nº 6.994/78, que trata das normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.10.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 015/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 028/95, que autoriza o Poder Executivo, através do IAP, alienar a Luiz Pontarolo, o lote nº 02 da gleba 16, Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, com área de 206,3588 HA. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 015/96

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar o imóvel constituído do lote nº 02, da Gleba 16, Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, com área de 260,3588 ha, a Luiz Pontarolo.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.05.96.

**(a) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 09/95**

PARECER:

Oriunda da Mensagem Governamental nº 028/95, a presente proposição autoriza o Poder Executivo alienar a Luiz Pontarolo, o imóvel constituído lote nº 02, da Gleba 16, Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, com área de 260,3588 ha.

De acordo com o Art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, é de competência privativa desta augusta Assembléia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

Analisando a presente proposição, temos que a mesma atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução, que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 16/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 020/95, que autoriza o Poder Executivo, através do IAP, alienar a José Matias Gomes, os lotes nºs 29 e 46-A, da Gleba 2, Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, com áreas de 133,3409 e 19,3600 HA, respectivamente. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 016/96

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar o imóvel constituído dos lotes nºs 29 e 46-A, da Gleba 2, Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, com áreas de 133,3409 e 19,3600 ha, respectivamente, a José Matias Gomes.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.05.96.

(a) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 010/95

PARECER:

Oriunda da Mensagem Governamental nº 020/95, a presente proposição autoriza o Poder Executivo alienar a José Matias Gomes, o imóvel constituído dos lotes nºs 29 e 46-A, da Gleba 2, Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, com áreas de 133,3409 e 19,3600 ha, respectivamente.

De acordo com o Art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, é de competência privativa desta Augusta Assembléia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

Analisando a presente proposição, temos que a mesma atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução, que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 017/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 021/95, que autoriza o Poder Executivo, através do IAP, alienar o imóvel constituído do lote nº 97, do imóvel Cascata, Município de Pitanga, com área de 167,3337 HA, à Lino Caetano da Rosa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 017/96

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar o imóvel constituído do lote nº 97, do imóvel Cascata, Município de Pitanga, com área de 167,3337 ha a Lino Caetano da Rosa.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.05.96.

(a) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 011/95

PARECER:

Oriunda da Mensagem Governamental nº 021/95, a presente proposição autoriza o Poder Executivo alienar a Lino Caetano da Rosa, o

imóvel constituído do lote nº 97, do imóvel Cascata, Município de Pitanga, com área de 167,3337 ha.

De acordo com o Art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, é de competência privativa desta augusta Assembléia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

Analisando a presente proposição, temos que a mesma atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução, que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

O Projeto de Lei nº 446/96 está em regime de urgência. Voltará a constar da Ordem do Dia de terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 1349, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente de sessão anterior. Retirado pelo autor.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, já há um impedimento desta Liderança com o autor do Requerimento, e ele já me faz o portador do pedido de retirada.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Prossegue a leitura dos requerimentos.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Da mesma forma, já em entendimento com o Deputado Caíto Quintana, ontem, trarei ao Deputado as informações necessárias, sem a necessidade de aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Não vou submeter à votação o Requerimento nº 1354, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente de sessão anterior, porque os questionamentos serão feitos com a presença do Secretário que já se encontra aqui nesta Casa. Retirado pelo autor.

Requerimento nº 1356, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1357, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1361, 1360 e 1362, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1366, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1364 e 1365, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente. Em votação.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1350, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior. Retirado pelo autor.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria apenas de agradecer aqui e registrar a presença nesta Casa de Leis, hoje, das visitas que honrosamente nos fazem, o Dr. Pedro de Jesus Colaço - Delegado da 5ª SDP de Pato Branco, e o Dr. Ivonei, que o

acompanha também neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

A Presidência convida os Senhores Deputados a ouvirem a palavra do Secretário de Transportes, Dr. Deni Lineu Schwartz, no gabinete da Presidência. Ouvirem e questioná-lo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 185/96 e 456/96.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 460/96 e dos de Resolução nºs 015/96, 016/96 e 017/96.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 458/96 e dos de Resolução nºs 018/96, 019/96 e 020/96.

Levanta-se a sessão.